

## AS TRANSFORMAÇÕES NO LITORAL SUL SERGIPANO E OS SEUS REFLEXOS NA PESCA ARTESANAL FEMININA<sup>1</sup>

*TRANSFORMATIONS IN SOUTH SERGIPAN COASTAL AND ITS REFLEXES IN FEMALE ARTISAN  
FISHING*

*TRANSFORMACIONES EN LA COSTA SERGIPANA DEL SUR Y SUS REFLEJOS EN LA PESCA  
ARTESANAL FEMENINA*

SANTOS, Eline Almeida

SOUZA, Rosemeri Melo e

### RESUMO

A discussão está centrada na análise das transformações provocadas pelos novos usos no litoral sul sergipano e seus reflexos na pesca artesanal feminina em Indiaroba, município sergipano. Os procedimentos metodológicos englobaram levantamentos bibliográfico e documental, aplicação de entrevistas, registros fotográficos, oficinas e mapeamento participativo dos pontos de pesca. As populações tradicionais de Sergipe enfrentam a dilapidação do seu modo de vida, reflexo da intensa exploração dos recursos naturais, monocultura, especulação imobiliária, desmatamento de campos nativos e cercamento de terras. Nesse cenário, as mulheres pescadoras (marisqueiras) são as mais afetadas devido a degradação do ecossistema manguezal, porção onde desenvolvem suas atividades. Além disso, enfrentam as desigualdades assinaladas pela hierarquização de gênero que define para as mulheres o espaço privado, da reprodução e, aos homens, espaço público, da produção. Em defesa do território pesqueiro, as marisqueiras sergipanas têm se articulado, desencadeando ações de organização e fortalecimento sociopolítico do grupo. A mobilização das mulheres traduz um passo imprescindível para a conquista da autonomia feminina e afirmação no território como pescadoras-marisqueiras, disputando o poder que lhes é negado.

**Palavras-chave:** Pesca artesanal. Gênero. Marisqueiras. Cotidiano.

### ABSTRACT

The discussion is centered on the analysis of the transformations brought by the new uses in the south coast of the state of Sergipe and its reflexes in the artisanal fishing of women in Indiaroba, municipality in Sergipe. The methodological procedures included bibliographic and documentary surveys, interviews, photographic records, workshops and participatory mapping of fishing spots. The traditional populations of Sergipe face the dilapidation of their way of life, reflecting the intense exploitation of natural resources, monoculture, real estate speculation, deforestation of native fields and encircling land. In this scenario, the fisherwomen ('shellfish-fisherwomen') are the most affected due to degradation of the mangrove ecosystem, the portion where they develop their activities. In addition, they face the inequalities marked by the gender hierarchization that defines for women the private space of reproduction and, for men, the public space of production. In defense of the fishing territory, the 'shellfish-fisherwomen' of Sergipe have been articulating, triggering actions of organization and socio-political strengthening of the group. The mobilization of women represents an indispensable step towards the conquest of female autonomy and affirmation in the territory as shellfish-fisherwomen, disputing the power that has been denied from them.

**Keywords:** Artisanal fishing. Genre. Shellfish-fisherwomen. Quotidian.

1. Este artigo integra as discussões presentes na tese Mulheres Pescadoras-Mulheres Mangabeiras: o desvelar das territorialidades das extrativistas em Indiaroba/SE, financiada pela FAPITEC através de concessão de bolsa de pesquisa.

## RESUMEN

La discusión se centra en el análisis de las transformaciones que traen los nuevos usos en la costa sur del estado de Sergipe y sus reflejos en la pesca artesanal de mujeres en Indiaroba, municipio de Sergipe. Los procedimientos metodológicos incluyeron encuestas bibliográficas y documentales, entrevistas, registros fotográficos, talleres y mapeo participativo de lugares de pesca. Las poblaciones tradicionales de Sergipe se enfrentan a la ruina de su forma de vida, lo que refleja la intensa explotación de los recursos naturales, el monocultivo, la especulación inmobiliaria, la deforestación de los campos nativos y las tierras circundantes. En este escenario, las mujeres pescadoras (marisqueiras) son las más afectadas debido a la degradación del ecosistema de manglar, la parte donde desarrollan sus actividades. Además, se enfrentan a las desigualdades marcadas por la jerarquización de género que define para las mujeres el espacio privado de reproducción y, para los hombres, el espacio público de producción. En defensa del territorio pesquero, las 'mujeres pescadoras de mariscos' de Sergipe han estado articulando, desencadenando acciones de organización y fortalecimiento sociopolítico del grupo. La movilización de las mujeres representa un paso indispensable hacia la conquista de la autonomía y la afirmación de las mujeres en el territorio como criadoras de mariscos, disputando el poder que les ha sido negado.

**Palabras clave:** Pesca artesanal. Género. Marisqueira. Cotidiano.

## INTRODUÇÃO

A zona costeira brasileira acomoda uma variedade de quadros naturais, atividades e usos que lhes são próprios. Estabelecida como patrimônio nacional no artigo 225 da Constituição Federal, a zona costeira compreende o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo os recursos renováveis ou não e abrangendo as faixas terrestre e marítima, conforme salienta o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (Lei 7.661/1988)<sup>2</sup>.

Em Sergipe, a zona costeira corresponde a uma faixa de pequena extensão de aproximadamente 163 km, compartimentada em três porções de litoral: norte, centro e sul.

O litoral sul, porção na qual situa-se o recorte espacial de estudo, possui uma área de 2.480 km<sup>2</sup> e apresenta, em termos de ocupação, um povoamento diferenciado da capital, com áreas menos povoadas e isoladas da sede do município.

[...] a maior porção da zona costeira sergipana ainda se encontra em áreas não materialmente incorporadas ao padrão de povoamento nitidamente urbano [...]. [...] Nesse sentido, é possível falar de padrões diferenciados de ocupação do litoral sergipano, desde aquele tradicionalmente rurais e relativamente isolados com dificuldades de acessos, [...], até espaços mais urbanizados (VILAR; ARAÚJO, 2010, p. 55-56).

O padrão de ocupação do litoral sergipano reflete o modelo bacia de drenagem, característico da zona costeira brasileira, decorrente do processo de expansão mercantil, estruturado por uma rede de circulação na qual todos os fluxos de colonização partiam de centros de difusão situados na costa. Tal fato, ressoou num padrão de povoamento descontínuo com zonas de adensamentos e núcleos pontuais de assentamentos entremeados por vastas porções não ocupadas (MORAES, 2007), corroborando as assertivas anteriores.

O isolamento do litoral sergipano passou a ser interrompido a partir dos anos de 1990 com a implantação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR), no qual foram destinados investimentos voltados a ampliação da infraestrutura de transportes e comunicação.

Santos e Vilar (2012) apontam ainda a instalação de indústrias no sul sergipano como um fator contribuinte para o aumento do adensamento populacional com a proliferação de loteamentos clandestinos na localidade. Além disso, nota-se o incremento de segundas residências, a substituição de atividades rurais, a concentração de terras e o alargamento dos problemas ambientais em virtude da insuficiência de saneamento básico.

Para Mota et al. (2009), a diversificação das atividades nos ecossistemas costeiros, com destaque para o turismo e a expansão da carnicultura, favoreceu à redução das áreas de uso comum dos recursos e consequentes alterações no cotidiano dos povos que sobrevivem da sua exploração.

2. Lei que dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências.

Desse modo, a ausência de um planejamento integrado aliado à intensificação do povoamento e valorização do litoral sul sergipano, área de fragilidade ambiental com dunas, lagoas e manguezais, têm acarretado transformações ambientais e sociais que afetam, principalmente as populações tradicionais que sobrevivem da exploração direta dos recursos naturais existentes, em especial, as mulheres marisqueiras, pescadoras artesanais que desempenham atividades no manguezal, ecossistema muito atingido pelo processo de modernização do litoral.

Com base no panorama apresentado, foi formulado o seguinte questionamento: *Como os novos usos interferem no trabalho feminino na pesca artesanal?*

A pesca artesanal, dimensão que abarca a discussão em tela, abrange uma complexa cadeia produtiva, não se referindo apenas ao ato de extrair o produto das águas costeiras, ribeirinhas e lacustres, mas as instâncias de produzir peixes, crustáceos, moluscos, de transformar/beneficiar e de distribuir/trocar/comercializar. Por essa razão, a pesca “deve ser analisada como um fenômeno social e cultural total que mobiliza energias humanas e animais, simbologias e estratégias, mitos e lendas”, como sugere Diegues (2004, p. 245).

Em Indiaroba, recorte espacial do estudo, a pesca e o extrativismo da mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes), praticado predominantemente por mulher, constituem atividades relevantes para as famílias, uma vez que se manifestam como principais fontes de renda. Na localidade, a biodiversidade é mantida a partir das práticas das populações tradicionais, delineadas por saberes construídos na relação com o meio. As interferências negativas nas áreas de usos coletivo podem levar a extinção do seu modo de vida, da sua identidade, pois não terão como desempenhar suas atividades.

Diante desse quadro, o presente artigo objetiva analisar as transformações do litoral sul sergipano e as suas interferências na pesca artesanal feminina. Os caminhos percorridos na investigação englobaram levantamentos bibliográfico e documental, além de trabalho de campo com aplicação de entrevistas, registros fotográficos, oficinas e mapeamento participativo dos pontos de pesca, evidenciando as espécies extraídas, apetrechos utilizados e tipos de acesso (Figura 1).



Figura 1-Mapeamento social das atividades extrativistas em Indiaroba/SE: A) Oficina de mapeamento participativo B) Etnomapeamento da pesca artesanal

Fonte: Trabalho de campo (2016-2017).

A relevância do estudo está em destacar grupos invisibilizados nos discursos acadêmicos e nas políticas públicas nacionais, permitindo a compreensão da organização social do grupo e da estruturação do trabalho de homens e mulheres nas atividades de base artesanal.

O artigo está estruturado em duas seções, além da introdução e considerações finais. A primeira seção apresenta um panorama das comunidades extrativistas investigadas, sublinhando aspectos relacionados aos condicionantes físicos, infraestrutura de serviços e atividades econômicas que alteram a dinâmica socioespacial local. Já a segunda seção, explicita sobre os elementos que estruturam o cotidiano das

pescadoras, as áreas de extração, espécies capturadas, apetrechos e demandas provenientes do desenvolvimento da atividade. Nas considerações finais, serão apontadas a organização das extrativistas para o enfrentamento ao desmonte da pesca artesanal.

### AS COMUNIDADES EXTRATIVISTAS NO CONTEXTO DA PAISAGEM COSTEIRA

A zona costeira brasileira testemunhou os primeiros núcleos de povoamento, uma vez que os colonizadores adentravam as novas terras por via marítima e fluvial. Em Sergipe, os rios do litoral Sul constituíram-se como caminhos utilizados na ocupação e como dispersores das atividades econômicas no interior do território. Nessa porção, são encontradas reservas de recursos naturais, pois abriga ecossistemas como manguezais, restingas, estuários, como também, atividades humanas e variadas formas de ocupação do solo.

Dentre as atividades desenvolvidas na porção meridional de Sergipe pode-se evidenciar o extrativismo ou economia extrativa, que corresponde a “uma maneira de produzir bens na qual os recursos naturais úteis são retirados diretamente da sua área de ocorrência natural” (DRUMMOND, 1996, p.2). Ele é praticado por populações que possuem uma relação simbiótica com a natureza e, portanto, são dependentes da riqueza ecológica local.

Em conformidade com os apontamentos anteriores, a discussão estará centrada nas transformações socioespaciais nas comunidades extrativistas de Indiaroba, especificamente as de Terra Caída, Convento, Preguiça (de Cima e de Baixo) e Pontal (Figura 2), localizadas na porção leste do município.

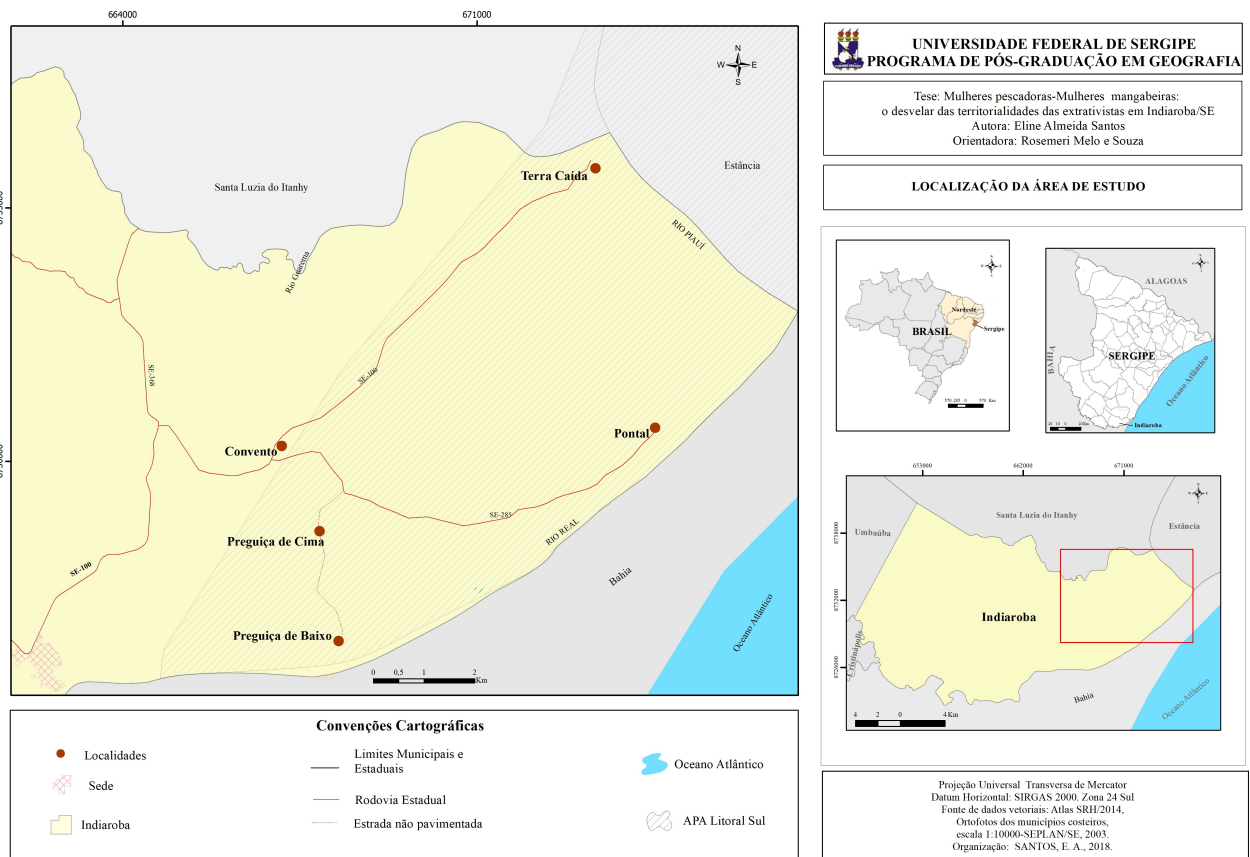


Figura 2-Localização da área de estudo

Fonte: Atlas SRH (2014).

Nessas comunidades, o extrativismo da mangaba e a pesca consistem como fontes primárias de renda, pois mais de 80% da população depende dessas atividades para a sobrevivência. Ademais, vêm passando por transformações socioambientais com efeitos sobre o seu modo de vida.

Indiaroba situa-se no extremo sul sergipano (11°31'10" S e 37°30'37" W), Nordeste brasileiro. Dista da capital Aracaju 100 Km, cujo acesso ocorre pelas rodovias BR 235, BR 101 e SE 318. Com uma área de, aproximadamente, 314 Km, o município possui características rurais e abriga uma população estimada no ano de 2019 de 17.957 habitantes, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Acerca da infraestrutura de serviços, o município dispõe de energia elétrica, serviço telefônico, agência postal da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), biblioteca, estádio de futebol, centro de convenções, unidades básicas de saúde e transporte rodoviário interurbano. Nas quatro comunidades que compõem o cenário investigado, são encontrados pequenos estabelecimentos comerciais que atendem às necessidades primárias dos seus habitantes; todavia, produtos especializados são encontrados no comércio instituído na sede de Indiaroba e/ou em Estância, município vizinho.

Os serviços de saneamento básico necessitam ser ampliados, em razão de existir uma deficiência no seu atendimento. Os dados relativos ao número de domicílios com água encanada e banheiro são os mais alarmantes, já que apenas 52,93% têm acesso a esses serviços (PNUD, 2010)<sup>3</sup>.

A deficiência no atendimento dos serviços de saneamento básico interfere na qualidade de vida da população do município, com a elevação dos riscos à saúde, à proteção dos mananciais (alteração no ciclo da água) e à preservação ambiental (extinção de espécies da flora e fauna, comprometimento da pesca etc.). À vista disso, torna-se urgente a adoção de políticas públicas efetivas voltadas para a manutenção e ampliação da infraestrutura de saneamento básico na zona rural de Indiaroba, principalmente na porção costeira devido a sua fragilidade ambiental.

No que se refere aos aspectos naturais, Indiaroba está inserida nas bacias hidrográficas dos rios Piauí e Real, revelando ao longo dos cursos fluviais que margeiam as comunidades extrativistas, os manguezais, formações florestais configuradas na faixa entremaré.

Para as comunidades ribeirinhas, o manguezal representa fonte de rendimentos e lazer; além disso, possui uma rica fauna (peixes, crustáceos e moluscos) que compõe a dieta alimentar dessas populações. Em termos ambientais, possui destacada relevância por atuar na bioestabilização do relevo, contribuindo para uma melhor proteção da paisagem costeira, seja na fixação de solos instáveis, diminuindo a erosão das margens dos canais; na proteção contra inundações, diminuindo a força das mesmas e o avanço das marés; bem como depósito de sedimentos; além de ser considerado berçário e refúgio para diversas espécies de animais (ALVES, 2006).

No complexo estuário-manguezal dos rios Piauí-Real, é realizada a pesca artesanal estuarina, compreendida como a de maior incidência entre os habitantes locais, situação que se assemelha a realidade sergipana, em que predomina entre os(as) pescadores(as) a prática dessa modalidade pesqueira. Para o seu desenvolvimento são utilizadas pequenas embarcações, do tipo canoa (barco) propelidas a remo ou a motor de rabeta. Acontece diariamente, com raras exceções para aqueles que realizam viagens de até dois dias (CEPENE, 2007).

Sobre a expressividade da pesca artesanal estuarina e marinha em Sergipe, dados revelam que no ano de 2014 gerou, aproximadamente, 50 milhões de reais para a receita estadual, indicando uma participação significativa na constituição da renda e de alimentos das populações locais. Deste montante, Indiaroba contribuiu com R\$ 1.949.371,99, apresentando a pesca estuarina a maior parcela da produção (ARAÚJO et al., 2016). Identifica-se no valor total da produção referida as espécies extraídas no mangue, espaço explorado predominantemente pelas mulheres.

3. Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil-PNUD (2010)

A participação das mulheres na pesca artesanal é expressiva, dado que segundo o Registro Geral da Atividade Pesqueira (MPA, 2012), elas representavam 41,37% dos trabalhadores da pesca registrados no país. Quando partimos para uma análise regional, o Nordeste aparecia como a região que apresentava maior número de mulheres com 259.677 (29,92%) em oposição 230.262 (22, 10%) homens registrados. Indiaroba segue a configuração regional e estadual, visto que o percentual de mulher no RGP era superior aos de homens com 941 registros que corresponde a 61,99% do total.

Nas comunidades em evidência, nota-se que, devido aos problemas ambientais, os pescadores, sobretudo as pescadoras-marisqueiras, estão se deslocando para áreas mais distantes do seu local de residência.

Os problemas ambientais espelham os usos desordenados na área da bacia, considerando que ao longo dos rios é observado uma diversidade de ações (pesca predatória, lançamento de resíduos sólidos, desmatamento, uso de agrotóxico) que acarretam impactos negativos, a exemplo do assoreamento em pontos desses cursos d'água.

Aliado a esse processo, tem-se às transformações ocorridas na área de estudo, nas quais o Estado ocupa uma notória posição com a injeção de financiamentos a eixos estruturantes de ocupação do espaço, provenientes do PRODETUR, como a revitalização da rodovia SE-100, a construção de atracadouro em Terra Caída, do trecho da rodovia Convento-Pontal e da ponte Gilberto Amado, que liga o povoado Porto do Cavalo (Estância) ao povoado Terra Caída (Indiaroba).

A implantação de tais infraestruturas tem como finalidade interligar Sergipe a Bahia, reduzindo as distâncias entre Aracaju e Salvador, além de beneficiar empreendimentos turísticos, hoteleiros e imobiliários já existentes e criar possibilidades para surgimento de novos.

Para Vilar e Araújo (2010, p. 59) "o papel do Estado acentua a função indutora do povoamento, processo bastante visível em alguns pontos do litoral de Sergipe. Obviamente, a ação do Estado emerge como um dos elementos centrais de definição do valor de uma localidade". Assim, o Estado desempenha um papel fundamental no povoamento, na valorização de terras e nas transformações da paisagem costeira sergipana ao incentivar e implementar novas atividades e usos quase sempre sem levar em consideração a carga de suporte do ambiente.

Com base nos dados do censo (2010), observa-se que entre o ano de 2000 e 2010 o número de domicílios de uso ocasional em Indiaroba aumentou de 332 para 714 (um crescimento de 115%), reflexo sobretudo das intervenções estaduais através dos projetos de urbanização turística que têm possibilitado alguns efeitos negativos como o aumento da especulação imobiliária, das segundas residências, dos condomínios, dos loteamentos de terras, elevando uma estrutura fundiária concentrada que interfere na realização das atividades tradicionais e acirram os conflitos locais; do mesmo modo, o aumento dos preços no comércio local, do consumo e tráfico de drogas.

Como aspectos positivos nota-se, de forma ainda incipiente, a renda gerada com as atividades desenvolvidas nos restaurantes, pousadas, estacionamento e comércio de artesanato que surgem para atender a demanda crescente de turistas, em especial nos povoados Pontal e Terra Caída. Neste, por intermédio da Associação pela Cidadania dos Pescadores e Moradores de Terra Caída (ASPECTO), foram empreendidas ações de fomento ao turismo de base comunitária com estímulo ao turista a se hospedar na casa dos comunitários e a degustarem os pratos da culinária local, além da oferta de cursos de artesanato para a população interessada. Já Pontal, por estar localizado na divisa com a Bahia, tornou-se o melhor acesso para os turistas que desejam chegar a Mangue Seco (BA). A travessia ocorre pelo Rio Real mediante embarcações que transportam turistas, moradores locais do Mangue Seco e do Coqueiro (BA).

Com a finalidade de melhorar o atendimento ao turista, o governo do estado está elaborando um projeto<sup>4</sup> de melhoria da infraestrutura do povoado Pontal, com a construção de uma orla contendo quiosques,

4. Em matéria intitulada "Secretaria de Turismo discute projeto de orla com a comunidade do Pontal de Indiaroba". Disponível em: <http://agencia.se.gov.br/noticias/turismo/secretaria-de-turismo-discute-projeto-de-orla-com-a-comunidade-do-pontal-de-indiaroba>. Acesso: out de 2017.

atracadouro e um local para o artesanato das mangabeiras, a partir de subsídios do PRODETUR.

Na análise do turismo, na porção costeira do município de Indiaroba, é mister compreender não apenas os benefícios que promove em termos econômicos, mas também a desestruturação que ocasiona nos ambientes naturais e nos modos de vida tradicionais ou tradicionalmente estabelecidos.

A carcinicultura é um outro tipo de atividade observada nas comunidades estudadas. Santos, Vilar e Oliveira (2016) afirmam que em Indiaroba a carcinicultura é desenvolvida em 16 propriedades, onde são cultivadas as espécies *Litopenaeus vannamei*, conhecida como camarão cinza. Deste total, apenas 06 propriedades possuem licenciamento, enquanto as demais aguardam as licenças através da ADEMA. Tal situação, contribui ainda mais para os problemas decorrentes desta atividade, em razão da irregularidade que pode levar ao desenvolvimento de práticas que não atendam às normatizações legais, como foi citado pelos entrevistados em todas as etapas da pesquisa. Eles relataram o caso da poluição provocada pelas ações de uma empresa de maricultura, localizada no município de Jandaíra (BA), que resultou na supressão da vegetação de mangue, da restinga e na mortandade de algumas espécies, sobretudo, o caranguejo.

Estudiosos (PROST, 2009; SANTOS; VILAR; OLIVEIRA, 2016) salientam os que a carcinicultura provoca efeitos negativos para o ambiente e para as populações tradicionais com o empobrecimento desses povos e a degradação ambiental provocada pela supressão da vegetação, contaminação da água e do solo pelo uso de insumos diversos (fungicidas e antibióticos) e pela introdução de espécies exóticas que acirram a competição e a predação, além da destruição de habitats (PROST, 2009).

O panorama explicitado desvela uma lógica cujo interesse de mercado superpõe aquela que funda o modo de vida dos povos tradicionais, acarretando alterações que podem provocar a dilapidação das suas identidades com o desenvolvimento de tarefas não condizentes com a sua maneira de ser e fazer.

## **MULHER NA PESCA ARTESANAL: UM ESBOÇO DO COTIDIANO DAS EXTRATIVISTAS SERGIPANAS**

Barcellos (1995) apresenta o cotidiano como a vida de todos os dias, como um palco onde as tramas são construídas. Dessa maneira, o cotidiano refere-se a dimensão na qual o grupo vive experiências comuns, onde se manifestam os saberes tradicionais e onde, por meio da interação ambiente-grupo pesqueiro, o "ser pescador(a)" é construído.

A análise do cotidiano das mulheres na pesca possibilita a partir do gênero a compreensão da condição feminina no setor, permitindo a reconstituição das suas práticas no espaço pesqueiro, da organização da atividade, das lutas e resistências no que se referem as demandas existentes por conta das desigualdades construídas histórica e socialmente, desvelando as tessituras de gênero num espaço marcado pela divisão sexual do trabalho.

O gênero é uma categoria que atravessa os demais fatores de influência, uma vez que se refere às diferenças construídas socialmente nas relações entre homens e mulheres (SILVA; SILVA, 2014). Para as autoras, a visão acerca de gênero tem que ser desenvolvida nas dinâmicas cotidianas das comunidades, as quais são estabelecidas de acordo com uma divisão de espaços, tarefas e conhecimentos específicos de homens e de mulheres.

Em Indiaroba, o trabalho na pesca tem como unidade produtiva básica a família e está organizado mediante relações de gênero que sinalizam o modelo bipolar de organização deste, caracterizado pela divisão sexual do trabalho, na qual são atribuídos espaços e atividades sociais diferenciados para homens e mulheres.

A divisão sexual do trabalho aponta a hierarquização dos espaços, com base na diferenciação sexual, incutindo a lógica de que as características biológicas (naturais) são responsáveis pela existência de atividades masculinas e femininas (culturais). Assim, por sua condição biológica, o espaço da mulher é limitado à casa, família e maternidade; compete a ela o espaço privado, da reprodução. Em situação contrária, há a posição masculina com a ocupação do espaço público, das decisões. Vale salientar que a diferença do trabalho não tem relação com a diferença biológica, mas com a divisão sexual do trabalho que coloca a mulher num lugar de subordinação, de oposição (PISCITELLI, 2009).

A partir da análise das narrativas de 36 mulheres pescadoras, foi possível compreender que nas comunidades analisadas, o trabalho está organizado em dois eixos: terra e água. As mulheres, apesar de desenvolverem atividades nas águas (pesca no rio), desempenham mais atividades de terra (às margens de rios e no manguezal, extraindo moluscos e crustáceos; o extrativismo da mangaba e as tarefas domésticas). Os homens realizam atividades na terra (colheita de coco e extração do caranguejo); porém, predomina o trabalho na água (no rio e no mar). Nessa configuração, couberam às mulheres as atividades menos valorizadas pelo grupo, consideradas de ajuda, complementares e leves, construções que podem ser observadas nas narrativas de alguns interlocutores quando questionados sobre a diferença entre a pesca feminina e masculina.

“Rapaz, sim, né! Eu acho a diferença da mulher, porque a mulher só pesca aratu, pega um sirizinho, fácil né?” (Pescador, 54 anos, Pontal, 2016)

“É porque o homem tem mais pescaria que a mulher, né?! Porque tem tainha, tem camboa, a do homem, né?! Porque quando a mulher não pode ir, porque tá naqueles tempos, né?!” (Marisqueira, 48 anos, Convento, 2016)

No relato da marisqueira da comunidade Convento, o tempo aparece como um elemento importante para o entendimento da pesca feminina. Assim, é possível perceber que as mulheres possuem um ritmo e um tempo de trabalho diferenciado, marcados pelas tarefas domésticas e alterações fisiológicas, aspectos que exprimem uma forma distinta de apropriação da natureza e que criam sistemas de sentidos relacionados à força física, à complementaridade e ao fazer masculino, que corroboram com as relações desiguais de gênero, de poder, minando conquistas e não reconhecendo a contribuição feminina na produção e reprodução, uma vez que desempenham atividades consideradas “não trabalho”, extensão do espaço privado.

A divisão sexual do trabalho como norma da configuração das atividades pesqueiras estabelece a categoria de pescador para nomear a figura masculina e a categoria marisqueira a feminina. Nesses aspectos, a atividade do homem-pescador é completa porque ele “é” a comunidade total, pois a identidade masculina constitui a identidade do grupo (WOORTMANN, 1992). O trabalho da mulher, por outro lado, é o trabalho invisível, que não aparece, que faz e desfaz (ALENCAR, 1993).

Apesar de a maioria das mulheres se autodefinirem como marisqueiras não significa afirmar que não se considerem pescadoras e que não desenvolvam a atividade no rio. “*Não, eu trabalho igual aos homens. É sim! Jogo tarrafa, jogo rede[...]tudo*”. (Marisqueira, 53 anos, Preguiça de Baixo, 2016). Assim como existem homens que também desenvolvem atividades classificadas como femininas.

Alencar (1993) enfatiza que a participação da mulher na pesca é possível porque ela é detentora de um saber adquirido na sua prática. Ela faz parte do universo pesqueiro, de uma totalidade que a permite acompanhar e participar das atividades do grupo. Ela realiza a pesca, mas precisa superar as distinções estabelecidas pela ótica de gênero que o grupo faz para que possa se realizar como ser social.

A inserção da mulher na pesca tem início nos primeiros anos de vida quando essa passa acompanhar a mãe na labuta diária. Nesse sentido, a mãe tem um papel relevante na socialização da atividade, pois cumpre as primeiras cerimônias de apresentação e integração dos filhos ao trabalho de pescaria (RAMALHO, 2006). No caso dos meninos, quando maiores passam a acompanhar o pai na atividade pesqueira.

No município de Indiaroba, os inquiridos informaram ainda que aprenderam observando vizinhos, parentes e amigos no desenvolvimento da atividade, o que corrobora com a ideia de que os saberes são construídos através dos ensinamentos transmitidos pelos anciões e pela observação do que o outro faz e, geralmente, não envolvem palavras, são resultantes de práticas cognitivas e culturais que englobam uma trama de relações, definindo e estruturando a atividade (DIEGUES, 2007).

As pescadoras-marisqueiras são mulheres, em sua maioria negra, com baixa escolaridade, que encaram uma rotina diária exaustiva (18 horas/dia), as dificuldades de acesso à colônia, à terra, à linha de crédito, aos direitos previdenciários, à educação e à saúde. Elas estão registradas nas Colônias Z-3 (Santa Luzia Itanhi), Z-4 (Estância) e Z-11 (Indiaroba). Entretanto, 28,6% (n=35) destas não possuem o registro de pescadoras profissionais, embora vivam exclusivamente da pesca. Por consequência, não conseguem alcançar alguns



benefícios como seguro- defeso.

O seguro-defeso tem sido uma das principais insatisfações entre as pescadoras (es) da localidade, devido às interrupções no pagamento. Elas(es) apontam que esta situação decorre da desarticulação dos órgãos responsáveis pela organização da pesca nacional, em que muitos tiveram os seus registros cancelados ou suspensos.

Nas comunidades investigadas a maré define o ritmo de trabalho, os apetrechos, as estratégias a serem utilizadas nos pontos de pesca e as espécies extraídas. Maldonado (1986) afirma que o tempo do pescador é medido pelos ciclos da natureza, pelo decorrer dos dias e noites no ambiente marítimo e pelo comportamento das espécies

Em grupo, formado através das relações de amizade e parentesco, elas exploram pontos de extração, próximos e/ou distantes da residência, em municípios vizinhos (SE e BA). Elas utilizam como meio de transporte a canoa, a carroça e o carro para chegar aos pontos distantes. Por conta da diminuição dos recursos explorados, há períodos que remam 5 horas para chegar as áreas de coleta.

Os pontos de coleta desvelam as territorialidades moldadas nas “relações diárias momentâneas que homens e mulheres mantêm entre si, com a natureza interior e com a natureza inorgânica para sobreviverem biológica e socialmente” (SAQUET, 2010, p.128).

Nas áreas de pesca, os principais animais capturados pelas pescadoras-marisqueiras são o aratu, o massunim, o siri, a ostra e o sururu. Elas adentram estas áreas utilizando roupas simples, geralmente calça, tênis e casaco. Para a captura das espécies, manipulam apetrechos e desenvolvem técnicas fundadas através dos saberes tradicionais, pontos observados no relato da marisqueira do Convento.

“[...] A gente sobe na gaiteira, bota o balde lá no chão e bota linha e pega umas folhas [...] esbagaça nas mãos [...] sacode e faz lurururu [...]. Aí quando o aratu tá bom já de pegar, eles vêm tudo, a gente avôa, eles pega na isca [...]. Quando ele garra na isca a gente joga no balde.” (Marisqueira, 38 anos, Convento, 2016)

Quanto ao acesso as áreas de extração, as mulheres pescadoras-marisqueiras têm enfrentado a expansão das “cercas”, com a proibição através de intimidação verbal e armada de adentrar antigos caminhos que utilizavam para o deslocamento nas áreas de coleta. Além das cercas, elas enfrentam a expansão urbana, o crescimento do turismo e a aquicultura, elementos decorrentes do processo de reestruturação do litoral sergipano, que contribuem para a restrição de pontos disponíveis a pesca, acentuando as disputas em torno dos recursos naturais que têm se tornado reduzidos.

Após a coleta ocorre o beneficiamento dos recursos pesqueiros, que pode ser realizado quando as pescadoras-marisqueiras chegam em sua residência e/ ou após a realização das tarefas domésticas. Individualmente ou com ajuda de vizinhos e da família, principalmente das filhas, elas lavam o marisco para depois cozinhá-lo em fogo de lenha, utilizando panela ou lata de tinta; em seguida, elas retiram o envoltório dos moluscos ou quebram (descarnam) os crustáceos e armazenam na geladeira.

“Venho pra casa, lavo, acendo o fogo de lenha, né! Pra botar pra cozinhar, pra depois tirar, pra depois é, colocar nas bolsinhas [sobre o beneficiamento do massunim]. (Marisqueira, 37 anos, Terra Caída, 2016).

A falta de estrutura, a frágil organização em termo de associativismo e a carência de cursos de capacitação aliada à baixa escolaridade contribuem para que o beneficiamento ocorra de forma rudimentar, em condições mínimas de higiene, o que pode comprometer a qualidade do marisco e justificar os baixos valores agregados aos produtos. Não existe um local específico para realizá-lo; por isso, os moluscos e crustáceos são manipulados em qualquer ponto, seja no interior e nas portas das residências e/ou nos quintais com a utilização de bacias, panelas e facas, sem o uso de luvas e toucas.

A comercialização dos recursos extraídos ocorre de maneira desorganizada, em razão de não existir infraestrutura que atenda a produção local com instrumentos que possam ser utilizados para a conservação e meios para transportá-lo a mercados mais distantes (MALDONADO, 1986). Dessa maneira, elas enfrentam

dificuldades para realizar a venda em feiras e mercados, principalmente em Estância e Indiaroba. Toda essa situação colabora para o fortalecimento do atravessador e fragiliza os rendimentos dessas mulheres, que preferem entregar a mercadoria a preços mais baixos do que perdê-la, recebendo um valor injusto pelo seu trabalho.

Elas repassam também os produtos para pessoas da comunidade, turistas (Aracaju), veranistas e proprietários de restaurantes a preços que variam a depender do período. O pagamento é realizado, em geral, à vista ou para alguma data definida durante a semana.

No grupo analisado, 50% das mulheres auferem uma renda mensal entre R\$300,00 a R\$ 600,00, que são destinados ao provisionamento da família, seja para o pagamento de despesas (energia e água), alimentação, materiais escolares para os filhos ou até mesmo para o pagamento da mensalidade da colônia e compra de insumos para o desenvolvimento da atividade, demonstrando a relevância da participação feminina para a composição do orçamento doméstico, para a garantia de bem-estar da família.

Os baixos rendimentos mensais revelam as desigualdades existentes no espaço pesqueiro, assinaladas pela hierarquização de gênero, que minimiza o peso econômico dos recursos advindos da atividade, via trabalho das mulheres. Elas enfrentam sérias demandas, em razão de vivenciarem a intersecção de identidade de gênero, classe, raça e idade que tencionam as suas lutas por espaço de representação.

Nessa conjuntura, as pescadoras-marisqueiras têm se articulado na formação do Movimento das Marisqueiras de Sergipe (MMS) para a sua organização e fortalecimento sociopolítico, para sua luta acerca da minimização das desigualdades presentes do setor e para o fortalecimento da pesca artesanal em Sergipe, através da preservação e demarcação dos territórios pesqueiros, da seguridade dos seus direitos com a melhoria da qualidade de vida, isto é, de acesso aos direitos sociais e a condições dignas de trabalho.

A mobilização das mulheres pescadoras-marisqueiras traduz um passo imprescindível para a conquista da autonomia feminina e afirmação no território como pescadoras-marisqueiras, disputando o poder que lhes é negado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente a importância das comunidades tradicionais pesqueiras para a manutenção da biodiversidade local. Neste cenário, as mulheres desempenham um papel essencial para o grupo através da transmissão de saberes, construídos numa relação profunda com o meio. Elas aparecem como as guardiãs dos saberes, protagonistas da conservação responsáveis pela manutenção da atividade e reprodução social do grupo.

O litoral sergipano, sobretudo a porção sul, vem passando por um processo de reestruturação que tem como objetivo aproximar as capitais vizinhas (Aracaju e Salvador) e impulsionar atividades econômicas, a destacar o turismo.

Aliado ao processo de reestruturação, novos usos são implementados, provocando a espoliação dos ecossistemas costeiros manejados pelas populações tradicionais pesqueiras de Indiaroba. As mulheres extrativistas são as mais prejudicadas com a restrição da área de pesca, com a redução dos seus rendimentos, deslocando-se para pontos mais distantes e estando vulnerável a diversas formas de violência.

As representações em torno do gênero, hierarquizando os espaços e atividades com base no fator sexo, prejudicam o protagonismo feminino, pois tentam aprisioná-las na esfera reprodutiva, do cuidado e da subordinação. Na tentativa de rompimento desse processo, elas têm se organizado coletivamente e obtido algumas conquistas. Porém, enfrentam desafios em termo de continuidade do modo de vida.

Um caminho possível para minimizar as desigualdades de gênero e os problemas socioambientais locais é a criação de instrumentos que valorizem o modo de ser e viver dessas populações, que estimulem a inserção das mulheres nas esferas decisórias, os modos alternativos sustentáveis de organização e produção do espaço, assim como, fortalecimento das organizações comunitárias coletivas, com a criação de comitês e conselhos para a gestão participativa dos recursos naturais.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E. F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, L. G.; LEITÃO, Wilma; MELLO, A. F. de. **Povos das águas: Realidade e perspectivas na Amazônia**. PR/MCT/CNPq Museu Paraense Emílio Goeldi- Coleção Eduardo Galvão, Belém: Pará, 1993. p. 64-81.
- ALVES, J. do P. H. (Org.). **Rio Sergipe: importância, vulnerabilidade e preservação**. Aracaju, Se: ÓS Editora, 2006.
- ARAÚJO, A. R. R et al. **Boletim Estatístico da Pesca nos Litorais de Sergipe e Extremo Norte da Bahia - 2014**. – São Cristóvão: Editora UFS, 2016.
- BARCELLOS, J. A. S. Território do cotidiano: introdução a uma abordagem teórica contemporânea. In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. r. (Orgs.). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade/ UFRGS/ Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995, p. 40-48
- CEPENE. **Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina do Nordeste do Brasil – 2005 – Tamandaré, PE, 2007**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/55957771/Boletim-2005-novo>>. Acesso: Acesso em: 10 jun. 2011.
- DIEGUES, A. C. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira**. São Paulo: Núcleo de Apoio sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, 2004.
- DIEGUES, A. C. **Cultura marítima, conhecimento e manejo tradicionais na resex marinha do Arraial do Cabo**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2007.
- DRUMMOND, J. A. A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, Nº 6, p. 115-137, jul. 1996. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/88>>. Acesso em: 02 ago. 2013.
- MALDONADO, S. C. **Pescadores do mar**. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: Annblume, 2007.
- MPA-Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim do Registro Geral da Atividade Pesqueira-RGP**. Brasília, 2012.
- MOTA, D. M. da et al. Disputas pelo acesso aos recursos naturais: o dilema das mulheres catadoras de mangaba em Sergipe. 33º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. **Anais...** Caxambu/MG, 2009. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/33-encontro-anual-da-anpocs/gt-28/gt41-3/2227-dalvamota-disputas/file>>. Acesso: nov. de 2015.
- PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H. B. de; SZWAKO, J. E. (orgs.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.
- PROST, C. O falso consenso sobre a defesa do meio ambiente. In: MENDONÇA, F. de A. et al. (orgs). **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009.
- RAMALHO, C. W. N. **Ah, esse povo do mar! Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana**. São Paulo: Polis: Campinas, SP: CERES (Centro de Estudos Rurais do IFCH-UNICAMP), 2006.
- SANTOS, C. N. C. dos; VILAR, J. W. C. O litoral sul de Sergipe: contribuição ao planejamento ambiental e territorial. **Revista GEONORTE**, Manaus, Edição especial, v. 3, n. 4, p. 1128-1138, jan./jun., 2012.
- SANTOS, C. N. C. dos; VILAR, J. W. C.; OLIVEIRA, A. C. C. de. O novo código florestal brasileiro, a carcinicultura e os impactos socioambientais no município de Indiaroba/SE. In: XXII Encontro Nacional de Geografia Agrária. 2016. São Cristóvão. **Anais...** São Cristóvão: UFS, 2016. Disponível em: <<http://enga.com.br/anais/index.php>>. Acesso: 21 jan. 2018.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. -2 ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, M. das G. S. N.; SILVA, J. M.(Orgs.). **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial.** Ponta Grossa: Toda Palavra, 2014.

VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M. de. **Território, meio Ambiente e turismo no litoral sergipano.** Editora UFS, São Cristóvão, 2010.

WOORTMANN, E. F.- Da Complementaridade à Dependência: Espaço, Tempo e Gênero em Comunidades Pesqueiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 18, 1992